



Auditoria Geral do Estado

Governo do Estado do Espírito Santo

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

Cargo 5: Auditor do Estado

(qualquer formação de nível superior)

CADERNO DE PROVAS

TARDE

Aplicação: 24/10/2004

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **25/10/2004**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **26 e 27/10/2004** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **24/11/2004** – Resultado final das provas objetivas e convocação para a avaliação de títulos: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Internet — www.cespe.unb.br.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – AGE/ES, de 5/8/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Guarapari, o principal balneário do litoral sul do
Espírito Santo, situada a 54 km de Vitória, tem nas praias seu
principal atrativo, com grande variedade de hotéis, casas
4 noturnas, bares, restaurantes e 28 praias ao seu redor.
Algumas dessas praias são famosas por suas particularidades,
como a de Areia Preta, onde a atração maior são as areias
7 radioativas, com propriedades medicinais comprovadas e que
valeram a Guarapari o título de **Cidade Saúde**.

Uma seqüência de pequenas praias se apresenta com
10 águas calmas e pequenas piscinas naturais que se formam
junto às pedras, algumas das quais com nomes curiosos,
como a das Virtudes e a dos Namorados. A das Castanheiras,
13 com um calçadão cercado por árvores que deram origem a
seu nome, é um convite a uma caminhada no fim da tarde e
à noite, quando o movimento é intenso; já a do Morro, a
16 4,5 km do centro, é bastante procurada pelos surfistas, por
suas águas agitadas. Mas as mais famosas delas são as Três
Praias, um conjunto de pequenas enseadas separadas por
19 rochedos nas quais as escunas param para refrescantes
mergulhos, levando grupos de turistas a esse paraíso.

Para quem quer paz e privacidade, o ideal é a praia
22 dos Padres, que, com 50 metros, situada entre a Enseada
Azul e Meaípe, é cercada por matas e amendoeiras. Possui
areias escuras e águas esverdeadas e é uma mostra da beleza
25 e do encantamento do litoral capixaba. Tudo com direito a
saborear água de coco e tira-gostos nos quiosques dessa
antiga vila de pescadores.

Folha do Turismo. Internet: <www.folhadoturismo.com.br>.
Acesso em ago./2004 (com adaptações).

Considerando as idéias e a estrutura do texto acima, julgue os
itens a seguir.

- 1 O texto discorre a respeito da principal praia capixaba, que concentra o maior número de opções de lazer, com áreas verdes espalhadas em toda a sua extensão e zonas com locais onde, às vezes, o mar é calmo e, outras vezes, as ondas batem forte.
- 2 O texto, predominantemente descritivo, objetiva cativar o visitante do litoral do Espírito Santo e orientá-lo no sentido de que encontre o local mais compatível com suas necessidades ou aspirações.
- 3 As seguintes relações entre as praias e suas características estão explícitas no texto: “Areia Preta”, saúde; “Virtudes”, religiosidade; “Castanheiras”, alimentação; “Morro”, esportes; “Padres”, solidão.

4 Os elementos coesivos “onde” (l.6) e “nas quais” (l.19) possuem o mesmo referente.

5 O último período do texto informa que, em todos os locais mencionados, é possível não só admirar a natureza mas também usufruir os benefícios culturais de uma antiga população ribeirinha.

Texto para os itens de 6 a 15

Entrevista com o auditor Pedro Melo:

1 **Qual a diferença entre a Auditoria e a Consultoria?**
A Auditoria é uma atividade profissional regulamentada cujo principal objetivo é emitir uma opinião sobre demonstração
4 financeira. Para isso, o auditor tem de ter formação em contabilidade. Já a Consultoria é uma atividade mais ampla que busca ajudar as organizações na melhoria de
7 *performances*.

Quais são as características básicas de um auditor?
É uma mistura de técnica com capacidade de conhecimento
10 de organização, uma facilidade de entender as organizações. Combinar também com o conhecimento de línguas, pois ter a facilidade de entender uma segunda e terceira línguas ajuda bastante no desempenho da função.

Quais são as recomendações para quem quer ingressar na área de Auditoria? Que tenha desejo de estudar
16 contabilidade, que tenha a contabilidade como ferramenta, como formação. Se estiver procurando uma carreira profissional, que seja um progresso contínuo em que possa
19 ver o horizonte.

Internet: <www.unimais.com.br/aol/entrevistas2>.
Acesso em ago./2004 (com adaptações).

Com referência às idéias básicas do texto acima e a aspectos gramaticais, julgue os itens subseqüentes.

- 6 A diferença entre Auditoria e Consultoria reside no fato de aquela ser uma atividade profissional regulamentada, atinente à área contábil das organizações, e de esta auxiliar de maneira mais geral as instituições, com o objetivo de se melhorar o desempenho das empresas.
- 7 Ao auditor exige-se, essencialmente, o domínio de conhecimentos de contabilidade empresarial; já o consultor deve deter conhecimentos mais amplos, inclusive nas áreas jurídica e de recursos humanos.
- 8 Um bom auditor deve, necessariamente, ser capaz de misturar técnicas com conhecimentos organizacionais; facilitar o entendimento das empresas; divulgar e agilizar o desempenho das funções empresariais.

- 9 O conhecimento de mais de uma língua auxilia o desempenho do auditor, pois abre a ele a possibilidade de compreender comunicados expressos em outro idioma.
- 10 No texto, o entrevistado faz algumas recomendações àqueles desejosos de abarcar a profissão de auditor: que estudem contabilidade e a utilizem como ferramenta da atividade laboral e que procurem aperfeiçoamento contínuo no exercício da profissão.

Considerando as relações morfossintáticas, semânticas e discursivas presentes no texto, julgue os itens a seguir.

- 11 O vocábulo “**diferença**” (l.1) está empregado com o sentido de **distinção**.
- 12 No primeiro parágrafo, pode-se depreender, pelo emprego de maiúsculas em “Auditoria” e “Consultoria”, que esses nomes comuns estão sendo considerados substantivos próprios.
- 13 Seria sintática e semanticamente correta a substituição de “cujo” (l.2) e “sobre” (l.3) por **de que** e **a cerca de**, respectivamente.
- 14 A fim de ser evitada a repetição da palavra “facilidade”, mantendo-se inalteradas as idéias e sem prejuízo da sintaxe do texto, poderia substituir-se o trecho “ter a facilidade” (l.12) por **tê-la**.
- 15 Devido ao caráter genérico do termo “**quem**” (l.14), seria correto, na última resposta, substituir todas as formas verbais de terceira pessoa do singular pelas respectivas formas de terceira pessoa do plural.

- 1 A questão social da auditoria independente é bastante fluente nos dias atuais, isso tem tornado esse tipo de prática contábil mais difundida e respeitada ao longo dos
- 4 tempos, bem como vem desmentindo o mito de que a contabilidade é apenas para registrar fatos antigos e que não contribuem para a tomada de decisão ou melhoram o
- 7 desempenho financeiro e econômico das instituições.

Considerando a estrutura do parágrafo acima, julgue os itens subseqüentes.

- 16 As normas gramaticais seriam respeitadas se a vírgula após “atuais” (l.2) fosse substituída por um ponto-e-vírgula ou por um ponto; neste caso, com a inicial maiúscula em “isso”.
- 17 A substituição de “A questão social da auditoria independente” (l.1) por **A questão da sociedade de auditores independentes** traz como conseqüência alteração de sentido ao parágrafo.
- 18 A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso se optasse pelas seguintes reescrituras de passagens com a forma verbal “é”: nas linhas 1 e 2, **tem bastante influência**; na linha 5, **serve para registros**.
- 19 A inclusão de uma vírgula logo após “mito” (l.4) não melhora a qualidade da redação do parágrafo nem lhe assegura a correção gramatical.
- 20 Tal qual está redigido, o parágrafo pode constar do início de uma ata ou de um relatório, do corpo de um ofício e do fechamento de um requerimento.

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

- 21 É permitido ao estado do Espírito Santo adquirir títulos da dívida pública da União como forma de aplicação de suas disponibilidades.
- 22 Considere que o município de Vitória – ES contraiu dívida por meio de operação interna de crédito. Nessa situação, o estado do Espírito Santo pode conceder empréstimo ao referido município com o objetivo de possibilitar o refinanciamento da dívida.
- 23 A emissão de títulos públicos pelo estado do Espírito Santo depende de expressa autorização do Banco Central do Brasil, exceto no caso de títulos relacionados ao refinanciamento da dívida mobiliária.
- 24 A legislação brasileira permite que o projeto de lei orçamentária anual contenha uma reserva de contingência, o que significa que é legalmente permitido estabelecer que as receitas vinculadas a determinadas previsões de despesa poderão ser redirecionadas ao pagamento da dívida pública fundada, mediante determinação do Poder Executivo federal.

Julgue os itens que se seguem, acerca de direito constitucional.

- 25 Se o município de Vitória – ES deixasse de pagar, por dois anos consecutivos e sem motivo de força maior, a dívida pública consolidada, existiria causa suficiente para justificar a intervenção do estado do Espírito Santo no referido município.
- 26 O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) é o órgão do Poder Judiciário estadual competente para julgar as autoridades públicas desse estado por crime de irresponsabilidade fiscal.
- 27 Compete à Câmara Municipal do município de Vitória – ES exercer, mediante controle externo, a fiscalização contábil e orçamentária da administração direta desse município, bem como das autarquias e empresas públicas municipais.

No que se refere ao direito aplicável aos servidores públicos estaduais do Espírito Santo, julgue os itens a seguir.

- 28 Considere que o TCEES tenha julgado irregular a nomeação para cargo em comissão de um servidor estadual ocupante de cargo de provimento efetivo, pelo fato de este servidor ainda se encontrar em estágio probatório. Nessa situação, a posição defendida pelo TCEES é equivocada, pois a aprovação em estágio probatório não é requisito para que um servidor ocupante de cargo efetivo seja nomeado para cargo em comissão.
- 29 É ilícito a uma fundação pública estadual do Espírito Santo prover cargos efetivos mediante ascensão funcional.
- 30 Considere que uma sindicância ocorrida em uma autarquia estadual do Espírito Santo tenha aplicado a um servidor pena de advertência. Nessa situação, é inválida a imposição da referida penalidade, porque a aplicação de sanções por infrações administrativas somente pode decorrer de decisão em processo administrativo disciplinar.
- 31 Os servidores públicos estaduais do Espírito Santo apenas se tornam estáveis após três anos de efetivo exercício.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética acerca de direito das licitações e contratos administrativos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 32** Uma autoridade administrativa do estado do Espírito Santo propôs a utilização de pregão de tipo técnica e preço para a aquisição de produtos de informática. Nessa situação, a proposta é inapropriada, pois a modalidade de licitação sugerida é incompatível com o tipo de licitação indicado pela autoridade.
- 33** Após ter contratado a empresa Ecológica Ltda. para realizar estudo de impacto ambiental (EIA) relativo à implantação de um novo projeto habitacional, o estado do Espírito Santo decidiu ampliar em 5% as dimensões do referido projeto. Nessa situação, em virtude do princípio da proteção ao ato jurídico perfeito, o estado do Espírito Santo precisará da anuência da Ecológica Ltda. para ampliar a área a ser avaliada pelo referido EIA.
- 34** Uma fundação pública estadual, no momento de sua instituição, recebeu do estado do Espírito Santo alguns terrenos, que passaram a constituir parte do seu capital. Recentemente, com o objetivo de obter capital para investir em suas atividades essenciais, a fundação decidiu promover a construção de edifícios nos referidos terrenos e depois vender a particulares os apartamentos edificadas. Nessa situação, para a venda desses apartamentos, a referida fundação poderá utilizar licitação tanto na modalidade concorrência pública quanto na modalidade leilão.
- 35** Uma autoridade pública dispensou a realização de licitação referente a determinado contrato, por entender tratar-se de situação de urgência. Porém, apesar de a autoridade acreditar sinceramente na legalidade do seu ato, a legislação brasileira efetivamente exigia a realização do procedimento licitatório que foi dispensado. Nessa situação, a referida autoridade cometeu crime ao dispensar a licitação fora das hipóteses previstas em lei.

Na semeadura de uma lavoura, utilizando simultaneamente 3 máquinas de igual rendimento e trabalhando 8 horas no primeiro dia, um agricultor completa 40% do serviço. Sabe-se também que cada uma dessas máquinas tem capacidade para 15 horas de trabalho diárias. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 36** Para completar a semeadura em 2 dias, trabalhando 6 horas no segundo dia, o agricultor precisaria duplicar o número de máquinas.
- 37** Trabalhando em sua capacidade máxima, 2 máquinas completam o serviço no segundo dia.
- 38** Considere que, ao término do 1.º dia de trabalho, após uma jornada de trabalho de 8 horas, 2 das 3 máquinas foram danificadas e não puderam ser reparadas. Nessas condições, ainda trabalhando 8 horas por dia, o agricultor precisaria de mais 3 dias de trabalho para completar a semeadura apenas com a máquina restante.

Considere que um banco empresta dinheiro a uma taxa de juros compostos de 10% ao mês. Em face dessa consideração, julgue os itens que se seguem.

- 39** Nas condições especificadas, por um empréstimo de R\$ 1.000,00 para ser pago ao final de 3 meses, pagam-se mais que R\$ 340,00 de juros.
- 40** A taxa quadrimestral equivalente à taxa de juros praticada pelo banco é inferior a 50%.

Julgue os itens seguintes.

- 41** Se uma taxa nominal de juros compostos de 40% ao semestre é capitalizada trimestralmente, então a taxa trimestral efetiva de juros compostos praticada nessa capitalização é de 44%.
- 42** Considere que, em determinado ano, uma financeira cobrou uma taxa aparente anual de juros compostos de 116%. Nesse ano, se a taxa de inflação foi de 20%, então a taxa real de juros cobrada pela financeira foi inferior a 75%.
- 43** Considere que um título de valor nominal igual a R\$ 10.000,00 foi resgatado 2 meses antes de seu vencimento e que a taxa de desconto composto racional praticada nessa transação era de 10% ao mês. Nessa situação, o valor do desconto foi superior a R\$ 2.000,00.
- 44** Considere que uma pessoa deseja acumular o montante de R\$ 77.500,00 ao fim de 24 meses por meio de 24 depósitos iguais e mensais, com o primeiro depósito feito na data de hoje, em uma aplicação que paga juros compostos de 2% ao mês. Nessa situação, tomando-se 1,64 como valor aproximado para $1,02^{25}$, o valor de cada depósito deve ser superior a R\$ 2.600,00.
- 45** Considere que um apartamento seja vendido por R\$ 300.000,00, sendo que 20% desse valor deve ser pago como entrada e o restante, financiado em 60 parcelas mensais e sucessivas, pelo sistema de amortização constante (SAC). Nesse caso, se a taxa de juros compostos do financiamento for de 4% ao mês e se a primeira parcela vencer ao final do primeiro mês da compra, então o valor da primeira prestação será superior a R\$ 13.000,00.
- 46** Considere que uma máquina seja vendida à vista por R\$ 10.000,00 ou a prazo, com 15% do preço à vista de entrada e mais 2 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 4.410,00, com a primeira parcela vencendo 1 mês após a compra. Nessa situação, se o comprador puder conseguir um empréstimo a uma taxa de juros compostos de 5% ao mês, então a sua melhor alternativa para aquisição da máquina será a compra a prazo.

Uma empresa deseja comprar um equipamento com vida economicamente útil de 5 anos pelo preço à vista de R\$ 10.000,00, sendo que, ao término desse prazo, o bem adquirido poderá ser vendido por R\$ 2.000,00. Os custos anuais de manutenção desse bem são de R\$ 1.500,00, pagos ao final de cada ano. Com essa compra, a empresa economizará, ao fim de cada ano, a quantia de R\$ 4.000,00. A propósito desses dados, supondo que a taxa de juros compostos do mercado seja de 10% ao ano e tomando 0,62 como valor aproximado para $1,1^{-5}$, julgue os itens que se seguem.

- 47** Na data da compra, o valor atual do montante correspondente à compra à vista acrescido dos valores atuais das manutenções e subtraído do valor atual da venda do equipamento, ao término do período de 5 anos, é inferior a R\$ 14.000,00.
- 48** Se a empresa não efetuar a compra, então o valor atual na data de hoje das despesas decorrentes da falta do equipamento durante 5 anos será superior a R\$ 15.500,00.

Um empréstimo de R\$ 69.000,00 deverá ser pago em 24 parcelas mensais e sucessivas, com a primeira parcela vencendo ao final do primeiro mês a partir da contratação. As parcelas serão calculadas pelo sistema francês de amortização, considerando-se uma taxa de juros compostos de 5% ao mês. Com base nessas informações, supondo que $1,05^{-12} = 0,56$ e $1,05^{-24} = 0,31$, julgue os itens subsequentes.

- 49** O valor da primeira amortização será inferior a R\$ 1.600,00.
- 50** Imediatamente após o pagamento da 12.^a parcela, o saldo devedor será inferior a R\$ 42.000,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do Sistema Tributário Nacional, julgue os itens seguintes.

- 51** A competência cumulativa é aquela que possibilita a cobrança de taxas e de contribuição de melhoria pela União, pelos estados e municípios e pelo Distrito Federal (DF), dentro das respectivas competências de atuação.
- 52** No que tange à competência federal, o legislador sofre as restrições previstas na Constituição Federal e na lei complementar (Código Tributário Nacional). Já o legislador estadual, além das normas referidas para a União e os estados-membros, sofre restrições previstas na lei orgânica dos municípios.
- 53** A Constituição Federal atribuiu competência tributária aos estados-membros para instituir imposto sobre importação de produtos. Assim, quaisquer alterações de competência só serão admissíveis por meio de emenda constitucional, não se permitindo que o princípio da Federação seja abalado por modificações advindas da vontade do legislador infraconstitucional.
- 54** A eventual omissão no exercício da competência tributária não a defere a qualquer outra pessoa jurídica de direito público diversa daquela a quem a Constituição Federal haja entregue referida competência.
- 55** A União, no exercício da competência residual, poderá valer-se de materialidades que tenham sido indicadas e autorizadas pelo texto constitucional para impostos de competência das demais pessoas políticas de direito público interno.
- 56** Aos impostos oriundos do exercício da competência residual da União aplica-se o princípio da estrita legalidade.
- 57** A Constituição Federal apresenta os critérios formais e materiais para a instituição dos empréstimos compulsórios, adstringindo-se os critérios materiais a dois pressupostos indeclináveis que autorizam o uso da supracitada faculdade impositiva: despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência e investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional.
- 58** A União poderá excluir da incidência do ICMS e ISS certos produtos e serviços destinados para o exterior, conforme o caso, mediante lei complementar.

A respeito dos aspectos gerais dos trabalhos de auditoria interna e auditoria externa, do risco de auditoria e da avaliação dos controles internos, julgue os itens a seguir.

- 59** A auditoria externa é elemento imprescindível para a credibilidade do mercado e instrumento de inestimável valor na proteção dos investidores, já que é sua função zelar pela fidedignidade e confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade auditada.
- 60** Além de verificar se as informações divulgadas no relatório da administração estão em consonância com as demonstrações auditadas, cabe à auditoria interna elaborar relatório a respeito de deficiências encontradas nos controles internos das companhias auditadas, informando-o à administração e ao conselho fiscal.
- 61** Para determinar o risco de auditoria, o auditor externo avaliará o sistema de controle interno da entidade auditada, compreendendo a estrutura organizacional e os métodos de administração adotados para definição de autoridade e responsabilidade.
- 62** Ao se reduzir o tamanho da amostra de auditoria, o risco também será reduzido, demonstrando que o controle interno é baixo.

Quanto ao parecer de auditoria e aos procedimentos e objetivos da auditoria dos itens patrimoniais, julgue os itens que se seguem.

- 63** A auditoria do disponível busca a mensuração da real aplicação do princípio da legitimidade.
- 64** Um dos objetivos da auditoria dos estoques é determinar se as mercadorias foram avaliadas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.
- 65** Ao se examinar os estoques da empresa auditada, um dos procedimentos adotados é o exame das contas a receber.
- 66** Um dos objetivos da auditoria do ativo imobilizado é determinar se as adições do período foram adequadamente contabilizadas e aprovadas por pessoal competente para tal.
- 67** Um dos procedimentos adotados para a auditoria do ativo permanente imobilizado é a verificação do registro da reserva de reavaliação e do valor de mercado dos bens no final do período.
- 68** Um dos objetivos da auditoria da conta fornecedores é verificar se o número de ações em circulação foi integralmente realizado.
- 69** Ao emitir o parecer sem ressalva, o auditor demonstra que está convencido de que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com princípios fundamentais de contabilidade.
- 70** A data do parecer de auditoria será coincidente com a data de publicação das demonstrações contábeis.
- 71** O parecer com ressalva deve ser emitido quando houver discordância ou restrição na extensão de um trabalho. Tal restrição é de grande magnitude, não requerendo a emissão de parecer adverso.

Considerando os conceitos vinculados à amostragem aplicada a auditoria, julgue os itens subseqüentes.

- 72** A amostragem estatística é utilizada quando a qualidade e a natureza dos itens a serem avaliados não permitem a utilização de amostragem por julgamento.
- 73** Na amostragem por conglomerado, procede-se à seleção de itens, de maneira que haja sempre um intervalo prefixado entre cada item selecionado.
- 74** A amostragem exploratória é aplicada no exame de itens cujo valor apresente grande variedade.
- 75** Na seleção direcionada, o auditor premeditadamente restringe seus exames às transações que se enquadram em determinados parâmetros definidos pela norma vigente.
- 76** A seleção direcionada com base no valor geralmente é adotada para reduzir o nível de risco de detecção, quando a possibilidade de erro material na classe de transações ou saldos é grande.
- 77** A amostragem de auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria à parcela dos itens que compõem o saldo de uma conta ou classe de transações, para permitir que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria sobre algumas características dos itens selecionados, para formar ou ajudar a formar uma conclusão sobre a população. Assim, a amostragem poderá ser estatística ou não.
- 78** Ao determinar o tamanho da amostra, o auditor deve considerar o risco de amostragem, o erro tolerável e o erro esperado.
- 79** O risco de aceitação incorreta é o risco de que, embora o resultado da amostra dê suporte à conclusão de que uma conta ou classe de transações registradas esteja relevantemente distorcida, ela não esteja, de fato, relevantemente distorcida.
- 80** Ao analisar os erros detectados na amostra, o auditor parte do pressuposto de que o item em questão é de fato um erro.

Uma entidade da administração pública reconheceu a obrigação, mas não efetuou o pagamento referente ao empenho de uma despesa de manutenção realizada em seus computadores, no exercício financeiro de 2003.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 81** No encerramento do exercício deverão ser efetuados registros no sistema patrimonial.
- 82** No sistema financeiro, a obrigação de pagamento fica registrada na conta fornecedores.
- 83** Quando do pagamento da referida obrigação, em 2004, serão movimentadas contas do sistema de compensação.

Com relação a inventário, julgue os itens a seguir.

- 84** A tabela abaixo mostra a composição, em 31/12/2003, relativa à compra, em datas distintas, de determinado item de estoque, em uma entidade pública.

data da compra	quantidade (em unidades)	valor da compra (em R\$)
15 jul.	24	1.000
18 ago.	20	800
15 dez.	16	480

Se não houve nenhuma saída desse material de estoque do almoxarifado, então, na avaliação para inventário, o valor unitário desse item estocado é igual a R\$ 38,00.

- 85** O inventário consiste na verificação da existência física de bens permanentes e de bens de consumo em almoxarifado e, também, dos bens de consumo em uso a fim de subsidiar o levantamento dos demonstrativos contábeis.
- 86** Para bens permanentes de pequeno valor econômico é dispensado o tombamento.

Os balanços e as demonstrações previstos na legislação são fontes de informações para a administração pública. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 87** Os valores referentes a direitos e obrigações contratados não são evidenciados no balanço patrimonial.
- 88** O balanço orçamentário, as demonstrações das variações patrimoniais e o balanço financeiro informam sobre a despesa realizada.
- 89** O passivo permanente compreende as dívidas flutuantes e outras que dependam de autorização legislativa.
- 90** No balanço financeiro, os restos a pagar do exercício serão computados na receita orçamentária para compensar sua inclusão na despesa extra-orçamentária.

RASCUNHO

Acerca das normas que regem o direito constitucional brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 91** As funções típicas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são criar a lei, executar a lei, e julgar em conformidade com a lei, respectivamente. Contudo, todos os poderes criam, executam e julgam em conformidade com a norma jurídica.
- 92** Em consonância com os critérios adotados para a classificação do texto constitucional, a atual Constituição Federal brasileira é escrita, rígida, promulgada, histórica e material.
- 93** Conforme expressa disposição constitucional, a organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os estados-membros, o DF e os municípios, todos soberanos e autônomos.
- 94** O preâmbulo da Constituição Federal, por não trazer disposições de ordem político-estruturais do Estado, não é considerado texto constitucional propriamente dito.
- 95** Se determinado Estado soberano adotar, como sistema de governo, o sistema presidencialista, então as funções de chefe de Estado e de chefe de governo serão exercidas por uma única pessoa, o presidente da República, como ocorre no Brasil.

Com relação ao direito administrativo brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 96** Um dos princípios regentes da atividade administrativa estatal é a supremacia do interesse público sobre o privado. Segundo esse princípio, há uma desigualdade jurídica entre a administração pública e o particular administrado, com vistas à prevalência do interesse da coletividade.
- 97** Todo procedimento administrativo licitatório tem a pretensão de atingir duplo objetivo: alcançar a proposta mais vantajosa para a administração pública e garantir o tratamento isonômico entre os contendores.
- 98** Considere que determinada entidade da administração pública estadual pretenda contratar profissional renomado para o exercício da atividade de advocacia. Nesse caso, observada a inviabilidade de competição, referida entidade deverá proceder à dispensa de licitação.
- 99** A legalidade objetiva, a oficialidade, o formalismo e a verdade formal são princípios que regem os processos administrativos nos estados de direito.
- 100** Os atos administrativos discricionários não serão objeto de lide judicial, pois ao Poder Judiciário é defeso decidir acerca do mérito do ato administrativo.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 101** Bruno, com 19 anos de idade, filho de Telma e Carlos, deseja contratar a locação de um apartamento pertencente a Frederico, com 15 anos de idade, filho de Cláudio e Márcia. Nessa situação, para que o contrato seja plenamente válido, Bruno poderá realizá-lo em seu nome e Frederico deverá ser representado por Cláudio ou Márcia.
- 102** O diretor-geral de uma autarquia federal deseja vender para José uma sala de edifício pertencente a essa autarquia, na qual funciona o almoxarifado do mencionado ente público e em que José deseja estabelecer a nova sede de seu escritório de advocacia. Nessa situação, o negócio é juridicamente possível e válido, uma vez que o bem objeto do negócio, a despeito de ser público, é dominical.
- 103** Eduardo pretendia doar a Marcos a quantia de R\$ 1.000,00 e fez constar do termo de doação uma cláusula que determinava que Marcos construísse, com tal quantia, um orfanato para 200 crianças carentes. Nessa situação, ante a evidente impossibilidade de se cumprir o encargo com a quantia doada, a cláusula deve ser considerada não escrita, exceto se for considerada como motivo determinante da liberalidade, caso em que invalidará o negócio.
- 104** Fernando e Lúcia, casados no regime de separação obrigatória de bens, têm apenas dois descendentes: seus filhos Tadeu e João. Fernando desejava vender um automóvel de sua propriedade para Tadeu e, para tanto, realizou contrato de compra e venda, contando, para a conclusão do negócio, com a aquiescência apenas de João. Nessa situação, o contrato é anulável, uma vez que deveria contar igualmente com o consentimento de Lúcia.
- 105** A Construtora e Incorporadora Capixaba Ltda. realizou com Fábio uma promessa de compra e venda, sem cláusula de arrependimento, de uma unidade no edifício residencial Solarium. O aludido contrato foi registrado no cartório de registro de imóveis. Nessa situação, uma vez que seja pago integralmente o preço, se a empresa se recusar a outorgar a escritura definitiva, Fábio poderá pleitear a adjudicação do imóvel ao juízo competente.

Marcelo, domiciliado em Vitória – ES, ajuizou ação contra Guilherme, domiciliado em São Paulo – SP, para receber indenização pelo descumprimento de um contrato de mútuo de 10.000 litros de suco. Distribuída a petição inicial à 1.ª Vara Cível da Comarca de Vitória, o juiz, a despeito de reconhecer a inaplicabilidade à hipótese do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a relação entre as partes não era de consumo, declinou de sua competência de ofício a uma das varas cíveis da comarca de São Paulo, já que lá era domiciliado o réu.

Diante dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 106** Na situação considerada, de acordo com as normas vigentes sobre competência, foi correta a decisão do magistrado, visto que se tratava de hipótese de competência absoluta.
- 107** Na situação em apreço, se o valor da mercadoria emprestada fosse equivalente a 55 salários mínimos, e Marcelo tivesse dado esse valor à causa, a ação somente poderia seguir pelo procedimento ordinário, já que o referido valor é superior ao máximo permitido para a adoção do procedimento sumário.

Acerca das comunicações no direito processual civil, julgue o item abaixo.

108 A ausência de citação do réu torna nulo o processo. Contudo, se o réu espontaneamente comparecer a juízo e se der por ciente, restará suprida a necessidade da citação.

No que se refere aos prazos processuais e à teoria geral dos recursos, julgue os seguintes itens.

109 Julgada parcialmente procedente uma ação de indenização que tramitou consoante as disposições do procedimento ordinário, se apenas o autor apresenta recurso de apelação no prazo legal, o réu poderá igualmente insurgir-se contra a sentença, bastando que se utilize do denominado recurso adesivo, no prazo que a lei lhe reserva para responder ao recurso de apelação do autor.

110 No caso de citação por oficial de justiça, o prazo para oferecimento de resposta começa a ser contado a partir da data em que o réu apõe a sua assinatura no mandado de citação, ocasião em que efetivamente se científica da existência da ação judicial contra si movida.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

111 Romero, movido por intenção de matar, desferiu cinco tiros contra Lécio, acabando com a munição de seu revólver, sem contudo acertá-lo. Nessa situação, Romero responderá por tentativa de homicídio, não cabendo a hipótese de crime impossível.

112 Igor, intencionalmente, jogou álcool e, posteriormente, um cigarro aceso da janela de um prédio. Em seguida, grave incêndio tomou conta do local, tendo Igor, para se salvar, empurrado Marcela, que corria a sua frente. Marcela veio a falecer por não conseguir se salvar a tempo, por causa da conduta de Igor. Nessa hipótese, Igor, no que se refere a sua conduta diante de Marcela, não praticou crime, pois agiu acobertado pela excludente de ilicitude denominada estado de necessidade.

113 Gildo produziu, mediante falsificação, uma cédula com valor de face de R\$ 15,00, utilizando para tanto sua impressora particular. Ao tentar passar a referida nota a um comerciante, este recusou-a, por saber que não existe cédula com referido valor. Nessa situação, Gildo não praticou crime de moeda falsa, por ser a falsificação grosseira.

Julgue os seguintes itens à luz do direito penal.

114 De acordo com a teoria da ubiqüidade, adotada no Brasil, considera-se praticado o crime no momento da ação ou da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

115 Nas ações penais públicas condicionadas, oferecida a representação pelo ofendido, não caberá retratação, pois não se pode afastar o poder punitivo do Estado.

Acerca de administração gerencial e de comportamento organizacional, julgue os itens que se seguem.

116 A formação de redes hierárquicas de governança, em perspectiva intra e extra-organizacional, depende de estruturas matriciais que combinem dois ou mais critérios de departamentalização.

117 A principal diferença entre planejamento estratégico e gestão estratégica é que aquele está referenciado na formulação e esta inclui prospecção, formulação, implementação e avaliação como fases concomitantes.

118 A liderança situacional assim se define porque se baseia na autoridade formal de uma posição gerencial, que, por sua vez, está sujeita a uma série de mudanças contingenciais impositoras de reestruturações organizacionais.

119 O controle estratégico está relacionado à avaliação *ex post* dos objetivos estratégicos das organizações de modo a proporcionar a responsabilização por resultados.

120 Do ponto de vista da reforma gerencial, o critério que diferencia a administração direta da indireta é que aquela deve voltar-se predominantemente à formulação de políticas e esta, predominantemente à implementação dessas políticas, inclusive por meio de descentralização extragovernamental.

